

Perseguição da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/SP): *As personalidades políticas no governo JK*

Luciana da Conceição Feltrim¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre perseguições contra as personalidades políticas perpetradas pela Delegacia de Ordem Político e Social de São Paulo (DOPS/SP) nos anos 1950. Evidencia-se assim a contradição entre os preceitos democráticos e o cerceamento do Estado nos anos 1950, compreendido pela historiografia como um período democrático. As fontes primárias foram coletadas do fundo DEOPS/SP constante no Arquivo do Estado de São Paulo, este localizado na Zona Norte de São Paulo.

Introdução

A partir da imensa documentação constante no Arquivo do Estado de São Paulo, a análise da atuação da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DOPS/SP) na segunda metade da década de 1950 demonstra não apenas a ação dos órgãos de repressão neste Estado em períodos não ditatoriais como também evidencia a articulação deste sistema em nível nacional durante o governo de Juscelino Kubistchek.

A historiografia já vem apontando as semelhanças entre a estruturação do policiamento em diversos países no período da Guerra Fria, no que se destaca Martha Huggins. Segundo ela

(...) uma vez que implica a existência de um órgão oficial sustentado pelo poder do Estado, que utiliza a força, ou ameaça de força, para controlar os indivíduos, grupos e classes considerados hostis à ordem social, econômicas e política do Estado e, portanto, aos interesses de suas classes dominantes. Assim sendo, o papel da polícia – qualquer polícia - é impedir, coibir ou controlar conflitos que representem ameaça ao regime, a fim de criar e manter o monopólio do uso da

¹ O presente artigo foi extraído das conclusões da pesquisa de Iniciação Científica “A atuação da DOPS/SP: Evidências constitutivas do cerceamento social no período JK” vinculada ao projeto interdepartamental intitulado Violência institucional e autocracia de Estado: continuidade e rupturas na dinâmica brasileira na segunda metade do século XX. Sob coordenação da Prof. Dra. Vera Lucia Vieira e Prof. Dra. Maria Aparecida de Paula Rago.

força coercitiva por parte de um Estado estruturado em bases de classe (HUGGINS: 1998: 10).

O caráter violento do Estado no Brasil, que se perpetua ao longo deste período evidencia-se a partir da articulação entre as polícias políticas e as polícias voltadas para a repressão ao crime comum, configurando a manifestação de um Estado autocrático cuja relação com a sociedade que integra é inerentemente violenta.²

Conforme aparece na documentação, a própria noção de fronteira entre as formulações do que vem a ser crime político e crime comum nos leva a pensar sobre o quanto tal classificação se mostrava tênue, tendo em vista que pessoas ligadas a movimentos sociais, ao reivindicarem questões de subsistência, eram enquadradas também nos critérios utilizados para configurar crimes comuns.

As perseguições durante a década de 50 foram concretizadas a partir de estereótipos, formulados no contexto de pós-guerra, principalmente através da vinculação de campanhas ideológicas da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, como se pode ver nos livros de caricaturas e histórias de quadrinhos anti-comunistas. Estes materiais eram veiculados por grupos como a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBC) com apoio de organismo de informação dos Estados Unidos, a USIA (United States Information Agency). Assim:

Um desses grupos filiados a USIA, a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBC) do Rio de Janeiro, distribuía cartazes, panfletos, história em quadrinhos, cartões postais e carteirinhas de fósforos anticomunistas. Um dos panfletos da CBC mostra o romancista brasileiro Jorge Amado deitado sossegadamente em uma rede presa à parede externa do edifício da Justiça Federal do Rio de Janeiro; três juízes - identificados no panfleto como membros da organização comunista - estão destruindo os alicerces do edifício a golpes de talhadeira. Jorge Amado, na época *persona non grata* aos Estados Unidos, por haver

² Neste sentido ver artigo de VIEIRA, Vera Lucia. *Criminalização das lutas sociais em Estados Autocráticos burgueses*. **Revista Projeto História**. EDUC/PUC/SP, nº 31, 2005.

estado em 1951 em Moscou para receber o Prêmio Stalin, é mostrado orientando os juízes sobre onde aplicar a seguir a talhadeira. O texto da caricatura diz “Cuidado, Jorge – o prédio pode cair em cima de você!” (HUGGINS, 1998, p.98)

Para a configuração deste artigo, selecionamos os relatórios produzidos pelos agentes do Serviço Secreto (SS) de São Paulo, dos quais destacamos as ações perpetradas pela polícia política durante a segunda metade da década de 50 contra personalidades políticas, particularmente contra o prefeito desta cidade, no curto período de 11 de abril de 1956 a 10 de abril de 1957.

A função social da Delegacia de Ordem Política e Social.

O detalhamento que estes documentos trazem sobre a vida das pessoas vigiadas e sobre o período nos permite situar a ação da DOPS e refletir sobre a natureza do Estado que se manifesta a partir daí.

Não se pode perder de vista que a análise deste tipo de fonte tem sido considerada pelos historiadores como bastante dificultosa, pois se trata de registros produzidos pelos agentes do Estado com a finalidade de configurar culpabilidade e, mesmo, de justificar seus esforços de vigilância e demais procedimentos repressivos indicados. São, portanto, discursos oficiais com uma clara finalidade.

Muito se tem escrito sobre a análise de registros que se configuram enquanto discursos, muitos dos quais voltados para elucidar fundamentalmente as abordagens possíveis de discursos produzidos pela imprensa.³ Assim, pode-se apontar Bakhtin que “considera o discurso como expressão das relações sociais que abarca situações vividas no dia a dia, nos modos oral e escrito, em circunstâncias cuja enunciação se manifesta com certa homogeneidade”. (Bakhtin *apud* Kauffman, 2005, p. 47-48)

³ Dentre os muitos, ver RAMOS, Sílvia. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.

É comum encontrar na documentação a caracterização de atividades desenvolvidas por segmentos sociais diversificados, classificados pelos investigadores como manifestação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - mantido na ilegalidade ao longo deste período⁴. Tal associação, que não precisava ser comprovada, justificava a vigilância, o cerceamento e a coerção, dado que eram classificadas como agitação “subversiva” e, neste sentido, incursas na lei que colocara aquele partido na ilegalidade. Bastava fazer alguma crítica ao governo ou ter alguma expressão pública que se destacasse por qualquer motivo, para ser vigiada e ter sua vida cotidiana acompanhada.

As fontes examinadas demonstram, assim, um amplo monitoramento sobre sujeitos de distintos extratos sociais através da delegacia de Ordem Social por meio de seus agentes, a polícia política.

Os relatórios do Serviço Secreto (SS) da Delegacia de Ordem Política e Social a DOPS/SP geralmente não são assinados pela pessoa física, mas pela sigla “S-O.G” e têm como modelo de ficha as seguintes formulações: na primeira página “*relatório do serviço secreto (SS) do Departamento de Ordem Política e Social*”, data e setor, “*Comunicado preparado por “S-O.G” dirigido ao chefe do “SS”*”, classificação, assuntos gerais sobre serviços “*sub-classificação : Ambiente não especificado*”.

Tais agentes registravam suas informações compondo processos (dossiês) nos quais tecem a trama não apenas acusatória, mas também condenatória, tanto pelo histórico de antecedentes políticos sociais que atribuem às pessoas vigiadas, quanto pela documentação “subversiva” que anexam.

Assim, no interior de descrições pormenorizadas das mobilizações políticas, sociais e culturais no Estado de São Paulo, no período aqui relacionado, encontram-se denúncias contra trabalhadores estrangeiros, fichamentos de

⁴ Desde 1945 houve uma série de perseguições no país, leis que versaram sobre a política anticomunista e pessoas consideradas inimigas do Estado. Entre os quais destaca-se o cancelamento do registro do partido Comunista em 1947, inúmeras cassações de mandatos, assim como as medidas repressoras de perseguições e prisões.

trabalhadores grevistas, registros de inúmeras conferências de diversos segmentos sobre os mais variados assuntos, atos de estudantes, assim como materiais apreendidos nas residências de intelectuais da alta burguesia paulistana.

Buscamos identificar nos relatórios do SS a lógica interna que revela o funcionamento deste setor do DOPS, entendido como expressão de toda uma trama social que traduz as relações que o Estado, ou segmentos integrantes dele, estabelece com determinados setores da sociedade civil. Busca-se recuperar, a partir da análise documental, os aspectos imanentes que revelam o caráter da atividade humana que “são predicções sociais, mediadas pelos sujeitos que integram a formação real sob clivagens de inserções efetivas e óticas de adoção igualmente societárias”. (CHASIN, 1994, 15)

Conforme apreendemos dos textos do historiador Antonio Rago Filho, as evidências dos conflitos sociais devem ser compreendidas em sua lógica interna, que nos revelam as formas da interação humano-societária que perpassam por representações ideológicas, idéias e consciência plasmadas em interesses de classe. Nesta perspectiva “os feitos humanos se objetivam em circunstâncias históricas específicas, engendrando modos determinados de vida, dramas e conflitos concretos, que não desaparecem por imaginação ou pura interpretação e tampouco ocultação da vontade e desejo dos dominantes...” (RAGO, 2004, p.140)

Graças à riqueza de informações e detalhes que a documentação apresenta foi possível reconstituir inúmeros aspectos da realidade vivenciada por nossa sociedade no período, ou seja, identificar quem eram aqueles agentes, como agiam, quais os critérios da vigilância, quem vigiavam, a ideologia que expressavam, tomados não enquanto indivíduos, mas enquanto aparato do governo, ou seja, na intrínseca e complexa lógica interna que configura o Estado no Brasil. Afinal, que instâncias estatais possibilitavam seu funcionamento e a atuação daquelas pessoas em um período em que vigorava a institucionalidade constitucional?

Em linhas gerais, podemos identificar dois suportes básicos que justificaram a ação destes órgãos ao longo da década de 50: o que era considerado o “inimigo interno”, ou seja, aquele que viesse a público fazer denúncias sobre a situação social, econômica ou mesmo cultural vigente no país, ou se atrevesse a fazer propostas para alterar a situação, por mais insipientes que fossem no sentido de alterar a dinâmica sócio/econômica/política, e; a conjuntura internacional denominada Guerra Fria, sobre o que se encontra uma vasta historiografia, embora em geral, desvinculada da ação dos órgãos repressores enquanto ação do Estado.

Por mais diversificadas que fossem as atividades que estruturam a repressão institucional, todos os agentes da segurança pública, desde o Secretário de Segurança Pública até o escrivão de uma delegacia, se transformam em agentes de um sistema de vigilância e repressão e seus integrantes. Mesmo que não tivessem noção da amplitude desta malha que compunha a burocracia do Estado, e na qual sua função estava inserida, todos contribuíam para essa opressão institucional.

Concretiza-se assim a natureza do Estado, que pode ser tomado a partir de um simples relatório, ou seja, enquanto expressão da complexidade do sistema opressor. Conforme diz o autor, nas evidências históricas, todo simples é complexo, por ser a síntese das múltiplas determinações das formas da existência, o que se evidencia na elucidação de seus nexos, ou seja, na busca de:

repor sobre os próprios pés”, (...) Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciadas sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do existir, determinações da existência.(LUKÁCS, 1978, p. 2-3)

Determinações de existência que não aparecem em sua complexidade ao senso comum, e que necessitam ser objetivadas pelo procedimento analítico; o

que nos leva, ante as evidências da contradição entre as ações desse sistema de informações da DOPS/SP e uma aludida democracia, a atribuir tal natureza a um Estado que constrói um aparato repressivo de tal monta para organizar históricos que foram utilizadas para criminalizar pessoas, muitas das quais se mobilizaram em busca de soluções para questões mínimas de subsistência.

São Paulo: A estranha vigilância aos que exercem poderes públicos

Em São Paulo o motivo para tais mobilizações não faltavam, dados os problemas para serem resolvidos na cidade. Conforme rememora o ex - prefeito de São Paulo, Wladimir Toledo Piza, sobre as condições da cidade nos anos 50,

os serviços telefônicos não atendiam. A metade da procura dos 150 mil instalados. Esperavam na fila mais 150 mil. Na iluminação pública a situação era de 32 mil lâmpadas para ruas e logradouros públicos, no entanto seriam necessários outros 32 mil. O abastecimento de água potável não atendia a metade da população. A rede de esgotos não atendia 30% da área urbana e não havia instalações para o tratamento de resíduos, dessa forma o Tamanduateí e o Tietê se transformam em esgotos a céu aberto. A coleta de lixo era feita em apenas um terço da área urbana e o serviço municipal limitava-se a retirar lixo de um lado da cidade para depositá-la em outro lado. Para uma necessidade de 10 postos de pronto-socorro, um para cada 300 mil habitantes, possuía apenas 5. Postos de assistência à infância só possuía 4, quando a necessidade era de 50 postos. Com 125 mil crianças em idade escolar, São Paulo condenava a maioria deles ao analfabetismo. Mais de 100 mil imóveis da cidade não pagavam impostos. Em ruas despreparadas era prenunciado um congestionamento urbano eloqüente com o início da produção de veículos automotores no país. (PIZA *apud* CARNEIRO: 1967)

Advinham tais problemas da importância que este Estado e sua capital adquiriam no cenário produtivo do país no período. São Paulo já representava a maior concentração industrial do país e já era o maior contribuinte para a formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Situando o desenvolvimento industrial do país até a década de 1960, Wilson Cano considera que esse possui dois grandes momentos: de industrialização restringida, que vai de 1930 a 1955 e é marcado pela ausência de produção de bens de capital e a fase da industrialização pesada, 1956 a 1961. O que, ainda segundo ele, se dá com maior intensidade em São Paulo com repercussões nas várias regiões do país, pois provoca inúmeros bloqueios por um lado e desenvolvimentos paralelos e secundários por outro, isto sem falar nos impactos sobre a população: migrações, destruição de sistemas produtivos anteriores etc. (CANO: 1998). O depoimento do ex-prefeito Piza é bastante apropriado, particularmente porque ele é um dos personagens classificados como perigoso e vinculado ao partido comunista pelos agentes do serviço de informações da DOPS/SP.

Assim, de fato, o agente da DOPS tinha razão: as mobilizações por água, luz, transporte, saneamento básico, abertura de postos de saúde, escolas eram inúmeras e aglutinavam, desde o período varguista, as pessoas que moravam nos espaços urbanos carentes desta infra-estrutura ou desses atendimentos.

A repressão, portanto, era corriqueira, particularmente quando se tratava de mobilizações por direitos trabalhistas. Embora ainda pouco trabalhados para este período, sobre o qual se enfatiza o caráter democrático, os exemplos de repressão são vários e têm sido objeto de estudos. A greve da empresa Nitro Química na zona leste de São Paulo, em 1957, serve para exemplificar a ação policial nesses contextos.

(...) violentamente reprimida pela Força Pública, quando 200 policiais da cavalaria, armados com fuzis, dormiram nas dependências da fábrica, à espera dos primeiros piquetes na entrada da fábrica. Pela manhã, as imediações da empresa se transformaram em uma praça de guerra, onde havia cavalos, bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras e fuzis apontados para a população, casas e estabelecimentos invadidos, violências de toda ordem que estabeleceram um quadro de pânico no bairro. Dispostos a encerrar pela força o movimento grevista, os policiais chegaram a invadir a sub-sede do sindicato a

fim de dispersar os trabalhadores que lá se encontravam (BATTIBUGLI: 2006: 28)⁵

É interessante observar que as ações deste órgão eram do conhecimento da sociedade em geral e não apenas daqueles que se viam envolvidos nesta rede. Denúncias de pessoas comuns, como indivíduos possuidores de pequenos estabelecimentos comerciais ou pequenas empresas, ou mesmo pessoas físicas de pouco poder aquisitivo, faziam denúncias de atividades suspeitas ao Dops. Por exemplo, a acusação de um empresário que contratara pedreiros para fazerem uma reforma. Ante uma queixa de que estes trabalhadores não compareciam ao trabalho, os agentes passaram à costumeira investigação, colocando-os sob suspeita de que estariam boicotando o contratante, ou seja, ato subversivo de paralisação das obras.

Determino à Sub-Chefia de Investigação desta Especializada, para proceder investigações em torno de possível ato de sabotagem contra a pessoa do Sr. Adalberto Hajmasy, residente a rua Camé, 443 no Alto da Moóca. Referida pessoa alega por duas vezes coloca (r) anúncio em Jornais afim de arranjar pedreiros para um concerto em sua residência e em ambas as vezes surge um ou mais indivíduos que tentam (...) paralisação das obras.⁶

Felizmente para os trabalhadores, a conclusão da investigação demonstrou que se tratava de uma paranóia persecutória do contratante, o que, em si, também é bastante revelador de como este clima de suspeição estava presente entre a população, resvalando para um absurdo temor ante qualquer reivindicação, mesmo que, conforme se vê neste caso, esta se referisse à obtenção da informação sobre o local onde deveria ser feita a obra.

As investigações levadas a efeito em torno do assunto tiveram o seguinte resultado: Não se trata de sabotagem, mas sim de distúrbio mental da suposta vítima, a qual dá demonstração aparente de sofrer de neurose de guerra. O sr. Adalberto Hajmasy, em anúncio em jornais locais, solicitou realmente pedreiros para o término da reforma em sua casa, Na primeira vez, o queixoso anunciou

⁵ FONTES, 1996. Apud BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: USP, 2006. p. 28

⁶ OS- 1930 vol.28-A. 13/06/1958, Relatório sobre *Ordem de Serviço*. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

o local em que reside. Em novo anúncio, determinou, o número 945 da Avenida País de Barros, onde foi esperar eventuais pedreiros que atendessem ao anúncio. Combinou serviço com alguns deles, de per si, porém o trabalho não foi feito, unicamente por divergências financeiras e não por questões de sabotagem conforme alega o queixoso. Saudações atenciosas⁷

De fato, trabalho não faltava para os agentes da DOPS, particularmente, os do SS que tinham também a incumbência de vigiar os mais diferentes segmentos sociais, particularmente figuras políticas, de que um dos exemplos é a série de relatórios produzidos por estes servidores sobre o já citado prefeito Wladimir de Toledo Piza.

Conforme aprendem os alunos da escola municipal que nos dias atuais leva seu nome, Piza era médico, tomou parte na revolução de 1932, e ingressou na política pelo Partido Republicano Paulista (PRP)⁸. Eleito deputado estadual em 1950, assumiu o cargo de prefeito no curto período de 1956 até 1957. Nesta condição buscou atender às demandas sociais básicas, ou seja, concretizar os preceitos do liberalismo, fazendo a mediação entre o capital e o Estado.

Em sua gestão deu-se início à constituição de uma rede de ensino municipal, com o estabelecimento de referências funcionais para os profissionais da educação, criando cargos para professor primário, inspetor escolar, serventes, bedéis e outros. Os critérios para a contratação mesclavam duas condições básicas que procuravam, conforme se deduz hoje, suprir a demanda por acesso ao ensino. De um lado, para ser contratado era necessário possuir diploma de escola normal, o que garantiria condições para o exercício da função docente. Por outro, era necessário trazer uma relação de 40 alunos em idade escolar ainda não matriculados, assim como o endereço de sala para a

⁷ OS-1930 vol.28- A. ILMO. Sr. Dr. Delegado Titular da Delegacia Especializada de Ordem Social. Ao Cartório: 30/06/1958, Assunto: Investigação em torno de possível ato de sabotagem contra a pessoa do sr. Adalberto Hajmasy, residente á Rua Camé, Alto da Moóca. – investigador: Luiz Gonzaga Farah.

⁸ O PRP havia se destacado no movimento constitucionalista de 1932 contra Getúlio, mas perde sua expressão nacional com a emergência da União Democrática Nacional (UDN) o qual gradativamente congrega os interesses dos segmentos dominantes da burguesia mais conservadora.

escola. Mediante essa documentação, era concedido o direito às aulas e a assunção dos custos para a manutenção da classe pelo Estado, garantindo-se assim a gratuidade do ensino. Com tal estratégia a administração conseguiu, em oito meses, colocar em funcionamento 1.582 classes, de 40 alunos, num total de mais de 60 mil crianças.

Piza lançou também as bases da política cambial que seria mais tarde adotada pelo governo brasileiro e iniciou um amplo diagnóstico sobre a cidade de São Paulo, elaborado por especialistas, que foi entregue ao prefeito seguinte, o Sr. Ademar de Barros. Por tal perfil Piza foi objeto de investigação dos agentes da DOPS/SP que suspeitavam de seus vínculos com setores populares e sindicais, na elaboração de suas propostas eleitorais.

Prepara o prefeito Wladimir Toledo Piza, um programa a ser desenvolvido pelas Sociedades Amigos dos Bairros que consiste em congregar, nessas entidades todos os elementos que tomaram parte ativa, denominado movimento “Panela Vazia” apoiando – o nas eleições para a prefeitura em março de 1957 posteriormente para governador em 1958 (...) contra ele, desde já, com apoio de todos os sindicatos que obedecem a “cartilha vermelha” e esse apoio sindical solidificou após o dia 1º de Maio quando das festividades os comunistas consideraram organizada.⁹

⁹ (OS) 1931 vol.28-B. 04/05/1956. Relatório sobre as “*Pretensões políticas do Sr. Wladimir de Toledo Piza*”. s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo. Encontramos vários relatórios do SS com a citação do nome do prefeito Wladimir de Toledo Piza, neste relatório final selecionamos apenas alguns. Entre os quais ver: (OS) 1931 vol.28-B. 10/06/1955. Relatório “*Assembléia realizada no dia 8 passado, no Cine Lux, pela Comissão Israelita Paulista Contra o Racismo*”. s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo; (OS) 1930 vol. 28-A. 27/04/1955. ILMO. SR. DR. DELEGADO DE ORDEM SOCIAL- DOPS- ASSUNTO: ATO PÚBLICO PROMOVIDO PELA DIREÇÃO DO JORNAL DE HOJE, PARA DEBATES RELACIONADOS COM O NOTICIÁRIO PÚBLICADO PELO JORNAL O ESTADO DE S. SÃO PAULO QUANTO AQUISIÇÃO DE MAQUINARIOS DAQUELE JORNAL. LOCAL: CLASSES LABORIOSAS – RUA ROBERTO SIMONSEEN. 21:00 HORAS- INVESTIGADORES: PARADA NETTO e CELSO ANUNES ROSA. s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo; (OS) 1930 vol. 28-A. 26/08/1955. Relatório “*Ato publico, efetuado, ontem na Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo. -*” s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo; (OS) 1930 vol. 28-A. 1956. Relatório: *Informação reservadas: “Analisando as eleições municipais; Tática do Partido Comunista e Trabalho de massa”*. - (grifado PCB). Acervo arquivo do Estado de São Paulo; (OS) 1931 vol. 28-B. 24/05/1956. Relatório: “*Informação reservada*”. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

Portanto, o investigador conclui com uma indagação acerca de um possível prenúncio da aproximação de Piza com o PCB e identifica o movimento popular contra a carestia de vida que pululava pelo país¹⁰ - aqui identificado em uma de suas especificidades: o denominado “Panela Vazia”-, como uma mobilização que obedecia à “cartilha vermelha”: “Abraçará, o Sr. Piza, a campanha do PCB a ser intensificada muito em breve, de conquista da legalidade do Partido da qual será em São Paulo a principal figura.”¹¹

Toledo Piza foi também colocado como suspeito por suas críticas e denúncias, ainda enquanto vereador, ao contrato que a Companhia Inglesa *Light & and Power* mantinha com o governo, o qual lhe garantia o monopólio da comercialização do consumo de energia elétrica no Estado¹². Além disso, conforme se depreende do documento, posicionara-se a favor da extinção da DOPS: “PCB, que vinha admirando e enaltecendo a atuação anti-imperialismo do prefeito da Capital, principalmente contra o DOPS e pela sua extinção elogiando a atuação de Piza contra a subsidiária do *trust* Light, por ter denunciado o contrato com a Cia. Telefônica.”¹³

Wladimir Toledo Piza não foi o único político a ser citado pelos censores nos relatórios, e são recorrentes as acusações a políticos que, na perspectiva dos censores, eram adeptos do PCB. Sustentava-se particularmente a suspeita de

¹⁰ PAOLI, M. C. P. M.. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um statuto político. In: Michaela Hellmanns. (Org.). *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1995, v. 1, p. 24-56. Também PAOLI, M. C. P. M.; BENEVIDES, M. V.; PINHEIRO, P. S.; MATTA, R.. *A Violência Brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.

¹¹ (OS) 1931 vol. 28-B, 04/05/1956. Relatório sobre as “*Pretensões políticas do Sr. Wladimir de Toledo Piza*”. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

¹² A necessidade premente de expansão da rede de energia elétrica em decorrência da industrialização e da concentração urbana em algumas regiões do país monopolizou o legislativo federal por mais de duas décadas (de 1937 a 1961), a começar no período de Vargas. As divergências entre os diferentes segmentos da burguesia - uma parte vinculada ao capital internacional e outra ao desenvolvimentismo nacionalista-, só foram resolvidas em 1961 no governo de João Goulart. Neste sentido ver dissertação de mestrado de Marcelo Squinca da Silva, *A estatização do setor de energia elétrica um embate entre entreguistas e tupiniquins no segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)*. PUC-SP, 2003, sob orientação da Prof. Dra. Vera Lucia Vieira.

¹³ (OS) 1931 vol. 28-B, 23/05/1956. Relatório “*Informação reservada*”. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

que esses concorriam a cargos públicos infiltrados nas siglas legais, já que se mantinha a ilegalidade do Partido Comunista.

A análise dos agentes infiltrados da polícia política, denominados “reservados” configura não apenas o cerceamento à livre organização, mas vai mais longe: configura os limites impostos à liberdade de escolha do eleitor, pois o censor anuncia que o Tribunal Superior Eleitoral vai cassar tais deputados, não porque fossem do Partido Comunista, mas porque haviam sido eleitos “com o voto dos comunistas”.

O Sr. Toledo Piza já constava nos documentos da DOPS como simpatizante comunista desde o ano de 1955, quando ocorreram as mobilizações pedindo a renúncia do então governador do Estado, o Sr. Jânio da Silva Quadros. Presente no ato realizado em frente à Assembléia Legislativa do Estado, no dia 14 de novembro de 1955, este aparece ao lado das pessoas “fichadas”, porque, segundo a Dops, tratava-se de uma manifestação de apoio “àquela Assembléia, (...) determinada pelo PCB (...) pedindo a renúncia do Governador Janio Quadros.”¹⁴

Ao redigir o documento, o agente da DOPS traça uma “hierarquia de periculosidade”. As pessoas com maior visibilidade, tanto os políticos como presidente de sindicatos, eram mais “perigosos”, taxados como “joguete nas mãos dos comunistas” (Gal. José Porfírio da Paz); “aliado dos comunistas” (Wladimir de Toledo Piza); “elemento que está namorando o apoio dos comunistas” (Dr. Paulo Ribeiro da Luz); “aliado dos comunistas” (Gabriel Greco); “membro, ou melhor, e comunista agitador” (Salvador Rodrigues); “ex-deputado comunista” (professor Mario Schemberg); “elemento comunista” (Salvador Romano Lossaco); “grande aliado dos comunistas” (Gal. Leônidas Cardoso); “grande agitador e aliado dos comunistas” (Milton Pereira Marcondes); “perigoso agitador comunista” (José de Araújo Plácido); “líder sindical comunista” (Santos Bobadilha); “aliado dos comunistas” (Aldo

¹⁴ (OS) 1931- vol. 28-B. 19/11/1955. Relatório: “*Informação Reservada*” Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

Lombardi); “figura de destaque do PCB”¹⁵ (Pontes de Moraes); Maria Aragão e Gracia Miranda, ambas adjetivadas como comunistas.

A persecutoriedade se manifesta também na associação do relato das articulações políticas (verdadeiras ou não) visando às próximas eleições para prefeito na cidade de São Paulo, que se realizariam no ano seguinte, à suspeita de uma possível tentativa de intervenção dos comunistas na DOPS, pois se exigia a renúncia do então delegado deste órgão.

Nosso informante, conversando com o jornalista Pontes Moraes, soube que, o PCB já tinha planejado com o Gal. Porfírio da Paz para que, no caso que este venha a assumir o Governo do Estado, o Dr. José Ortiz Monteiro, fosse nomeado a Secretaria da Justiça do governo do Estado de S. Paulo, bem como o PCB cogita lançar o Dr. Wladimir Toledo Piza, como candidato a vice-Governador do Estado, no caso do Gal. Porfírio da Paz, vir a assumir o governo de S. Paulo também palavra de ordem do PCB exigir a renúncia do delegado do DOPS, dr. Ribeiro de Andrade, bem como a extinção deste Departamento.(...) O PCB, também está exigindo as demissões do Sr. Muniz Aragão, Delegado Regional do Ministério do Trabalho em S. Paulo e do Sr. Nelson Gouveia, Chefe da Secção Sindical da referida Delegacia, elementos reacionários que segundo os “vermelhos”, acham-se a serviço do DOPS e dos empregadores. (...) O Deputado estadual Gualberto Moreira, eleito Prefeito Municipal de Sorocaba, com apoio dos comunistas, requereu na sessão da última quarta-feira, da Assembléia Legislativa do Estado, o afastamento de Delegado do DOPS, dr. Ribeiro de Andrade, e pediu que dessa posição do Parlamento se desse conta ao Gal. Texeira Lott, ao Gal. Falconieri da Cunha e ao Presidente da República. O PCB, está procurando aproveitar a oportunidade, para conseguir afastar os inimigos dos Comunistas.¹⁶

O relato culmina com a expressão clara da ideologia que movia tais agentes, isto é, a grande subversão era querer “fazer política” e nesta lógica, lutar pela democracia, articular a população para o exercício de sua cidadania tornam-se atos de subversão da ordem e ameaça à segurança nacional.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

O PCB determinou tarefas aos seus asseclas para pixarem paredes e escreverem nas calçadas frases exigindo a renúncia do Dr. Janio Quadros. A Cruzada Humanitária pela proibição das Armas Atômicas, que deveria ser uma entidade apolítica, está fazendo política, pois que, ainda na noite da última segunda-feira, dia 14 do corrente, em sua sede social situada na Av. 9 de Julho, 40, 12º andar, realizou uma reunião de caráter político. Naquela reunião usaram da palavra o Prof^o Mario Schemberg, o Dr. Fuede Saad, o Prof^o Samuel Pessoa e o Dr. (...) Doria, cujos oradores conclamaram o povo a lutar pelas liberdades democráticas do governo do Senador Nereu Ramos. O PCB agita as massas exigindo a legalidade para o mesmo.¹⁷

Seria irônico, se não fosse trágico, observar a lógica que move a ação destes órgãos e de um Estado que se diz liberal e democrático, onde o exercício correto das funções públicas é considerado ato suspeito e tratado como caso de polícia, enquanto os problemas de corrupção que vinham a público eram tratados como uma questão de desmando de políticos, sujeita a sindicâncias intermináveis e inconclusas, muitas das quais levadas a cabo pelos próprios denunciados.

Completa-se essa trágica ironia com a evidência de que, quando a corrupção leva pessoas a se mobilizarem, estas passam a ser os suspeitos; ou seja, os que cuidam da ordem pública mobilizando-se para coibir tais abusos (caso Jânio). E são suspeitos mesmo que demonstrem não estar propondo nada muito radical em relação aos poderes reinantes, pois, no caso, indicam para substituir o corrupto, nada menos que um general.

Enquanto tais, os registros destes agentes revelam alguns aspectos daquele particular momento histórico pelo qual passava o Brasil, a expressão da vigilância e da repressão às pessoas físicas e/ou jurídicas. Observamos que este perigo iminente expresso na escrita dos agentes do SS se desdobrava para toda a sociedade.

¹⁷ Idem.

Considerações finais

A existência desta vigilância a políticos e pessoas com visibilidade pública nos remete à polêmica que se expressa pela imprensa no presente, iniciada com a divulgação da produção de dossiês por órgãos de informações que espionam até mesmo a vida pessoal do atual presidente da República Luís Inácio Lula da Silva assim como a de seus amigos e familiares. Os documentos apontam que estas ingerências ocorreram também no passado e um caso exemplar foram as inúmeras produções do Serviço Secreto referente às ações do então prefeito da cidade de São Paulo, o Sr. Wladimir Toledo Piza.

REFERÊNCIAS

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: USP, 2006. Tese de Doutorado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.nevusp.org/downloads/down183.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2010. São Paulo: USP, 2006.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. Campinas: Instituto de economia da Unicamp, 2ª ed, 1998.

CARNEIRO, Auner Pereira. *As Reformas Paulistanas de 1950 a 1960*. UFSC, São Paulo, 1988. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/29105/28661>> Acesso em: 13 jan. 2010.

CHASIN, José. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1994.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: USP, 2006.

HUGGINS, Martha K. *Polícia Política: Relação Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

KAUFFMAN, Carlos. *O Corpus do Jornal: variação lingüística, gêneros e dimensões da imprensa diária escrita*. Dissertação (Mestrado em Lingüística aplicada). São Paulo: PUC, 2005.

LUKÁCS, George. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". **Revista Temas de Ciências Humanas**. Livraria Editora Ciências Humanas LTD. São Paulo. 1978.

PAOLI, M. C. P. M. *Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um statuto político*. In: Michaela Hellmanns. (Org.). *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1995, v. 1.

_____; BENEVIDES, M. V.; PINHEIRO, P. S.; MATTA, R.. *A Violência Brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.

RAGO, Antonio Filho. *O ardil do politicismo do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa*. **Revista Projeto História**. São Paulo: Tomo I, nº29, 2004.

RAMOS, Silvia. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SILVA, Marcelo Squinca da. *A estatização do setor de energia elétrica um embate entre entreguistas e tupiniquins no segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: PUC, 2003.

VIEIRA, Vera Lucia. *Criminalização das lutas sociais em Estados Autocráticos burgueses*. **Revista Projeto História**. EDUC/PUC/SP, nº 31, 2005.

Arquivo Público do Estado de São Paulo – Fundo DEOPS.

(OS) 1930 vol.28-A. 13/06/1958, Relatório sobre Ordem de Serviço. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

(OS) 1930 vol.28-A. ILMO. Sr. Dr. Delegado Titular da Delegacia Especializada de Ordem Social. Ao Cartório: 30/06/1958, Assunto: Investigação em torno de possível ato de sabotagem contra a pessoa do sr. Adalberto Hajmasy, residente á Rua Camé, Alto da Moóca. – investigador: Luiz Gonzaga Farah.

(OS) 1931 vol.28-B. 04/05/1956. Relatório sobre as “Pretensões políticas do Sr. Wladimir de Toledo Piza”. s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

(OS) 1931 vol. 28-B, 23/05/1956. Relatório “Informação reservada”. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

(OS) 1931- vol. 28-B. 19/11/1955. Relatório: “Informação Reservada” Acervo arquivo do Estado de São Paulo.